



COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO – CPAI

PLANO DE AÇÃO 2021

Justificativa

A Resolução CNJ 230/2016, em seu artigo 10, dispõe sobre os objetivos e atribuições das Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Poder Judiciário, indicando a necessidade de fixação de metas anuais direcionadas à promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência, sejam elas servidores, magistrados, terceirizados ou jurisdicionados.

Cumpre, ainda, ressaltar que o planejamento das ações possibilita não apenas maior organização das atividades propostas como também o monitoramento e avaliação permanentes, identificando os possíveis fatores negativos intervenientes e viabilizando a proposição de soluções alternativas.

Metodologia

A CPAI possui duas instâncias: as reuniões ordinárias, nas quais são analisadas as demandas, realizadas as deliberações e definidas as diretrizes gerais; as reuniões operativas, voltadas para o detalhamento e organização das atividades anteriormente aprovadas. Estas últimas podem contar com um número reduzido de membros.

Alguns dos itens contidos neste plano requerem projetos específicos, a serem oportunamente elaborados em reuniões operativas da CPAI e enviados a setores administrativos para execução conjunta. Outras ações propostas são da competência exclusiva da administração do TRT6, cabendo à Comissão de Acessibilidade o acompanhamento e emissão de pareceres, quando necessário.

Após a execução de cada atividade que conte com a participação efetiva da CPAI, serão realizadas avaliações para análise do processo e identificação de pontos a serem aprimorados em outras edições.

Ações Propostas

Como forma de enfrentamento das diversas barreiras existentes, dividimos as ações por áreas de atuação, a saber; acessibilidade física, comunicacional, atitudinal e procedimentos administrativos.

1 – Acessibilidade Física

A partir de levantamento realizado, a CPAI propõe as seguintes ações de acessibilidade física, relativas ao edifício-sede e seus anexos, prédio atual do Fórum AJBA, a serem executadas pela Secretaria Administrativa:

- **Instalação de elevador/plataforma elevatória e banheiro acessível no piso superior, no anexo onde atualmente funcionam o restaurante do TRT6 e o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal**

Prazo: 2º Semestre/2021

Executor: Divisão de Planejamento Físico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – cpai@trt6.jus.br

- **Construção de banheiro acessível no 5º andar do edifício-sede, como forma de atender aos usuários do auditório do pleno**
Prazo: 2º Semestre/20201
Executor: Divisão de Planejamento Físico
- **Construção de banheiro acessível para os servidores do fórum trabalhista do Recife**
Prazo: 2º Semestre/2021
Executor: Divisão de Planejamento Físico
- **Colocação de corrimãos às escadarias do edifício-sede (prédio da segunda instância), conforme recomendação contida no relatório do último PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais)**
Prazo: 2º Semestre/2021
Executor: Divisão de Planejamento Físico
- **Instalação de piso tátil direcional e de alerta no edifício-sede, anexos e no prédio do Fórum AJBA, atualmente localizado no bairro da Imbiribeira**
Prazo: 2º Semestre/2021
Executor: Divisão de Planejamento Físico

Conforme indica a Resolução CNJ 230/2016, em seu artigo 10, II, a “locação de imóveis, aquisição ou construções novas somente deverão ser feitas se com acessibilidade”, assim sendo, é fundamental nessas situações o conhecimento, acompanhamento e parecer da CPAI no referente aos itens de sinalização, banheiros adaptados, remoção de barreiras para acesso e vagas exclusivas de estacionamento, entre outros.

2 – Acessibilidade Comunicacional

- **Instalação de sinalização sonora, visual e tátil (braile) para pessoas com deficiência auditiva e visual na sede do TRT, nos anexos e no Fórum Advogado José Barbosa de Araújo, na Imbiribeira**
Prazo: 2º Semestre/2021.
Executor: Secretaria Administrativa
- **Realização da 5ª turma de Libras Funcional Básico em EAD para servidores, magistrados e terceirizados**
Prazo: 2º Semestre/2021
Executor: Escola judicial em parceria com a CPAI



3 – Acessibilidade Atitudinal

- **Participação regular da CPAI em ambientações para novos servidores, formação continuada de magistrados e formação continuada dos agentes de segurança**
Meta: Todos os eventos dessa natureza a serem realizados em 2021
Executor: Escola Judicial em parceria com a CPAI
- **Retomada da apresentação do painel “acessibilidade e inclusão em foco” na página da internet do TRT 6**
Prazo: 1º Semestre/ 2021
Executor: CPAI em parceria com a Divisão de Comunicação Social
- **Elaboração de cartilha de acessibilidade e inclusão**
Prazo: 1º Semestre/2021
Executor: CPAI em parceria com a Divisão de Comunicação Social
- **Elaboração e realização de curso para promoção da Acessibilidade e Inclusão para ser disponibilizado aos magistrados, servidores e terceirizados do TRT6, inclusive com aproveitamento de carga horária para adicional de qualificação**
Prazo: 2º Semestre/2021
Executor: CPAI em parceria com a Escola Judicial
- **Realização de atividades educativas alusivas às principais datas comemorativas relacionadas à acessibilidade e inclusão: aniversário do Estatuto da Pessoa com Deficiência; Dia Nacional da Pessoa com Deficiência e Dia Internacional da Pessoa com Deficiência**
Prazo: 2º Semestre/2021 (julho, setembro e dezembro)
Executor: CPAI e Memorial da Justiça do Trabalho

4 – Procedimentos Administrativos

- **Atualização do cadastro de servidores com deficiência e pesquisa anual de necessidades (alteração de layout, mobiliário, tecnologias assistivas, entre outras) em cumprimento à resolução CNJ 230/2016**
Prazo: 1º Semestre/2021
Executor: Secretaria de Gestão de Pessoas
- **Implementação e divulgação do cadastro de intérpretes em Libras como parte integrante do cadastro de peritos do TRT6, conforme consta na resolução CSJT 218/2018**
Prazo: 1º Semestre/2021
Executor: Corregedoria em parceria com a CPAI



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – cpai@trt6.jus.br

- **Elaborar e divulgar no âmbito interno do TRT6 fluxograma para envio das questões relacionadas à acessibilidade e inclusão com a finalidade de conhecimento e atuação da CPAI**

Prazo: 1º Semestre 2021

Executor: CPAI

- **Realização de acompanhamento anual da saúde do servidor/magistrado com deficiência, por meio do PCMSO, bem como estabelecer fluxo entre Núcleo de Saúde/ SGEF para envio de informação sobre servidores/magistrados que se tornaram pessoas com deficiência após o ingresso no TRT6**

Prazo: 2º Semestre/2021

Executor: Núcleo de Saúde

Considerações Finais

Zelar pelo cumprimento das resoluções que disciplinam a questão da acessibilidade e inclusão no poder judiciário e especificamente na Justiça do Trabalho é uma das atribuições da CPAI, continuamente monitorada pelo CNJ e CSJT via correções e envio periódico de questionários. Esse tema tem conquistado cada vez mais visibilidade dentro da administração pública e o atingimento das metas na área é considerado critério de pontuação para premiações, contribuindo para maior qualificação dos tribunais regionais junto a seus conselhos normativos e instâncias superiores.

Há que se ressaltar, ainda, o importante papel dessas ações para que se assegure o direito de cidadania, no contexto da responsabilidade social desta Corte com seus usuários e público interno.

Para o sucesso do plano de ação ora apresentado torna-se necessário não apenas o empenho da Comissão de Acessibilidade, como também o envolvimento de toda a alta gestão institucional implicando, por vezes, em mudança de paradigmas e inclusão de novas prioridades.

Recife, 10 de maio de 2021.

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – CPAI

(Apresentado em reunião com a nova Gestão em 09/06/2021
<https://www.trt6.jus.br/portal/noticias/2021/06/09/presidente-do-trt6-se-reune-com-comissao-de-acessibilidade-e-inclusao>)